

INTERNET E AUTONOMIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

RUIZ, Adriano Rodrigues – Unoeste

GT: Educação e Comunicação /n.16

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica propiciada pela informática cria a sensação de que nos encontramos diante de um momento bom para mudanças. Pois, sabemos que conhecimentos e vínculos são construções pessoais que ocorrem no interior, e sob a influência, de uma cultura e da oferta de condições técnicas. E, também, que somos sensíveis às mudanças tecnológicas e que elas penetram fundo em nossa existência, inclusive em regiões para as quais não foram chamadas.

O computador revolucionou o mundo da informação e abriu novos canais para a comunicação entre as pessoas, fornecendo matéria prima para o conhecimento e para novas possibilidades de vínculos interpessoais. Sua presença, para Seymour Papert, significa o fortalecimento de muitas culturas de aprendizagem e para que se cultive o respeito aos diferentes modos de ser de cada aprendiz.

Nesse contexto, surgem perguntas como estas: que culturas de aprendizagem estão ganhando vida em ambientes que dispõem de recursos computacionais? A autonomia está sendo exercitada nesses ambientes?

A partir dessas interrogações, passamos a levantar hipóteses acerca do convívio de uma cultura bem estabelecida, com padrões definidos – a escolar –, e as aberturas da Internet para um mundo sem fronteiras, com múltiplos códigos e ilimitadas possibilidades. Na busca de elementos para um esboço de respostas, os nossos interlocutores foram os responsáveis por laboratórios de informática de instituições de ensino superior. A esses profissionais fizemos duas perguntas: Há necessidade de algum controle sobre as “viagens” que os alunos fazem na Internet? Por que é necessário o controle?

A investigação é exploratória e tem caráter qualitativo. Os dados colhidos apontam para a convicção da necessidade do controle. Vários são os argumentos a favor da imposição de limites, entre eles: para os alunos não perderem tempo com bobagens, especialmente, com pornografia; para evitar contatos com pessoas perigosas; para dedicarem mais tempo às tarefas dadas pelos professores.

UMA ASPIRAÇÃO: EDUCAR PARA A AUTONOMIA

Uma das críticas mais persistentes dirigida à escola é a que aponta a pequena atenção ao exercício da autonomia, ao autogoverno. A adoção de modelos, as tarefas repetitivas, o controle de diversos matizes estão entre suas características bem conhecidas e de há muito exercitadas.

Em seu interior, o professor, como fala Piaget (1998), é o símbolo do saber estabelecido, tudo que emana dele dispensa provas. O aprendiz é objeto de regulação externa, vê-se diante de um horário a cumprir, de tarefas a fazer, de respostas a repetir, de informações sobre o quanto está aprendendo, de aprovações ou reprovações... Ele é convidado a aderir à verdade da autoridade, se o professor falou, pode confiar! Sobre lições aprendidas no interior da cultura escolar, Papert (1994) fala que a mais bem compreendida é a que estabelece: não se pode aprender sem se ser ensinado.

O geneticista e filósofo francês Albert Jacquard, em seu livro “Inventar o humano”, argumenta que o sistema educativo, em vez de ser o domínio privilegiado em que cada um tome consciência das imensas possibilidades humanas e aprenda a exercitá-las, é, de modo geral, organizado de maneira a incitar cada um a cortar as próprias asas. Em lugar de favorecer o desenvolvimento de personalidades diferenciadas, esforça-se para produzir em série indivíduos conforme as normas. Assim a “escola serve quase sempre para inserir cada um numa via onde repita docilmente as respostas, encontradas desde há muito por outros, a perguntas que não fez”.

Essa sabedoria educacional tem crenças éticas e epistemológicas cristalizadas que priorizam o controle externo, que estabelecem modelos a serem seguidos. A ética é a da hierarquia, da obediência à moda, como salienta Savater – se todos fazem é aceitável! A epistemologia mais aceita é a retratada pela metáfora bancária de Paulo Freire, o aprender é

similar à construção de paredes, é a arte de juntar “tijolinhos”. Nesse modelo a informação é “guardada” pelo professor e distribuída com parcimônia aos alunos.

Em uma época em que as mudanças tecnológicas ocorrem com muita rapidez, em que o computador provoca transformações no mundo do trabalho que causam espanto, temores e perplexidade, a competência para a tomada de decisões torna-se necessária diante dos renovados mecanismos de exclusão. Isso impõe ao mundo da educação novos desafios.

Essa situação de ruptura com as práticas instituídas, segundo Tedesco (1998, p.83), exige das pessoas o exercício da capacidade de “escolher entre diferentes opções possíveis para resolver um problema”. Ele acrescenta que “as condições da vida moderna produziram um aumento notável dos âmbitos sobre os quais o cidadão deve decidir”, assim, os “jovens de hoje são convocados a escolher, a tomar decisões que até pouco tempo eram definidas por autoridades externas ao indivíduo”. Por isso, ensinar a escolher se transformou em “uma tarefa importante da educação para a paz e a democracia”.

Ao apontar o norte para a escola, Tedesco (1998, p.83) insiste em que “o desenvolvimento da capacidade de escolher supõe uma pedagogia muito diferente da vigente em nossos sistemas escolares”. A ênfase teria como foco o “trabalho em equipe, a solidariedade ativa entre os membros do grupo e o desenvolvimento da capacidade de escutar”.

Com preocupações da mesma natureza, Freire (1989, p.43) fala que uma das tragédias do homem moderno está em ser comandado pela publicidade, “ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões”. A compreensão do que ocorre é feita por uma elite que interpreta a realidade e emite receitas, a serem seguidas. Assim, a maioria “afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto”.

Rollo May (2001, p. 40) diz que “os talentos e a iniciativa de cada indivíduo precisam ser redescobertos e utilizados como base para um trabalho que contribua para o bem da comunidade, em lugar de desfazer-se no cadinho coletivista da conformidade”. Ele acrescenta que “um homem ou uma mulher tornam-se humanos por vontade própria e por seu compromisso com essa escolha. Os seres humanos conseguem valor e dignidade pelas múltiplas decisões que tomam diariamente”.

Alves (2003), ao explicar o papel que a educação deveria desempenhar, recorre a uma analogia entre as ferramentas biológicas dos moluscos e a inteligência humana. Diz que eles sobrevivem tendo como única ferramenta o corpo que receberam ao nascerem. “Que seria de nós se só contássemos com os nossos corpos para sobreviver? Morreríamos. Se nós sobrevivemos é porque fizemos o que os moluscos fizeram: construímos conchas”. Os moluscos nascem com as informações necessárias para a construção das conchas. Enquanto isso, nós temos muito a aprender e para isso sempre contamos com os outros. A educação é “o processo pelo qual as gerações mais velhas ajudam as gerações mais novas a aprender a arte de construir conchas. Que são nossas conchas? Nossas conchas são formadas com aquilo que inventamos e construímos para sobreviver”.

Desgostoso com a escola que sobrecarrega os alunos com lições enfadonhas, Rogers (1985, p. 134) fala que “se desconfio do ser humano, então tenho de abarrotá-lo de informações de minha própria escolha, para que não siga seu caminho errado”. Porém, “se confio na capacidade que tem o ser humano de desenvolver a sua própria potencialidade, então posso fornecer-lhe muitas oportunidades e permitir-lhe que escolha o seu próprio caminho e direção, em sua aprendizagem”. A mesma inquietação se manifesta em Reimer (1983) quando denuncia que a escola há muito descobriu como impedir que as crianças pensem: basta mantê-las sempre cheias de tarefas a serem executadas.

Ao defender uma cultura da responsabilidade pessoal, Savater (1996, p. 69) lembra-nos de que o “faça o que quiser é apenas uma forma de dizer que você deve levar a sério o problema de sua liberdade, o fato de que ninguém pode dispensá-lo da responsabilidade criadora de escolher seu caminho”. Para ele, a vida humana pode ser um grande experimento, “o direito jurídico de *habeas corpus* deve ser estendido a todos os aspectos da livre disposição pelo indivíduo do seu corpo, de suas energias, de sua busca do prazer ou do conhecimento”, de sua experimentação consigo próprio. E, no mesmo tom, alerta que os moralistas, ao ignorarem que a base moral está no autodomínio, alimentam “um imenso desprezo pela liberdade humana, base de sua dignidade” e entendem que “a única forma de garantir a saúde moral do povo é suprimir a ocasião de pecado”.

Na renovação de compromissos educacionais, o pano de fundo exhibe a impropriedade de uma educação que se satisfaça ao formar pessoas aptas para repetir lições. Os desafios foram reescritos, autonomia, criatividade, sabedoria para tomar decisões

e a fé nas possibilidades do humano passaram a ser ferramentas mais importantes que conhecimentos armazenados. O mundo ficou menos previsível, o antigo traçado dos caminhos se desfez, e a educação ganhou o compromisso de ajudar cada pessoa a ter ousadia para ser sujeito na invenção ou reinvenção de sua singularidade.

A Internet, uma intrigante província do ciberespaço, oferece oportunidades de escolhas, de decisões sobre rumos a serem tomados, por isso voltamos nossas atenções para ela.

A INTERNET E EXPECTATIVAS FAVORÁVEIS PARA A AUTONOMIA

Seymour Papert (1997, p. 93/94) mostra-nos que vivemos um bom momento para a semeadura de um clima intelectual orientado pelo aprender, liberto das tutelas. Ele está a nos convidar a olhar com carinho para a possibilidade de cada pessoa assumir o comando de seu desenvolvimento, de sua formação como aprendiz competente e autônomo. No livro *A família em rede*, diz que a Internet surge como um novo oásis próprio para aprendizagens. Consiste na oportunidade para dar asas a interesses pessoais e na excitação da busca da aquisição de conhecimentos. E acrescenta quanto à própria experiência:

Comparo esta situação à consulta de dicionários e enciclopédias que eu gostava de fazer em miúdo, quando o tempo era mais livre, e que faço quando tenho ocasião. (...) Os partidários da disciplina podem encarar isto como um desperdício de tempo. Sei, no entanto, que os interesses e o conhecimento que começaram deste modo tiveram um papel importante na minha atividade intelectual. Estou plenamente convencido de que navegar na Internet apresenta o potencial necessário para produzir benefícios semelhantes e até maiores.

Nesse mesmo contexto, ele aponta uma preocupação: que a Internet possa ser usada para estimular formas pouco reflexivas para o trato com conhecimentos. Por isso afirma: “critiquei severamente a escola por ser demasiado diretiva, mas existe também o perigo óbvio se incentivarmos uma abordagem ‘saltitante’ nas atividades intelectuais”. Em outras palavras, “o lado negativo assume importância apenas se a excitação de navegar se tornar o modelo dominante de relacionamento com o conhecimento”.

Com essa preocupação, o autor argumenta que “o problema que pais e educadores têm que enfrentar consiste em ajudar os aprendizes a aprender a buscar o equilíbrio na dieta mental”.

Na imensidão da Internet, além da face construída com seriedade, os navegantes encontram regiões “obscuras”. Falando delas, Papert (1997, p. 113) aponta o diálogo e a honestidade como constituintes da melhor saída. Os comportamentos “esquisitos” precisam ser “compartilhados e discutidos, em vez de serem assunto tabu, espreitados e nunca mencionados por existirem receios de reprimendas ou risos abafados”. Assim, para se enfrentar enganos, o melhor procedimento é “criar uma cultura de honestidade absoluta”.

Sob o olhar de Papert, a Internet é um mundo aberto e convidativo para viagens, nem todas constituídas apenas de boas paradas. Isso abre possibilidades para que os educadores conversem sobre questões éticas, sobre valores, além, é claro, acerca do acesso a conhecimentos e vínculos.

Com sua usual inspiração poética, acerca da Internet, Rubem Alves (2003) nos diz que de repente “os saberes começaram a pulular fora dos limites da ‘escola tradicional’”. Circulam livres no ar – sem depender de turmas, salas, aulas, programas, professores, livros-texto –, dotados do poder divino da onipresença: o aprendiz aperta um botão e viaja instantaneamente pelo espaço”. Os antigos limites desapareceram, e o “aprendiz se descobre diante de um mundo imenso, onde não há caminhos predeterminados por autoridades exteriores. Viaja ao sabor da sua curiosidade, quer explorar, experimenta a surpresa, o inesperado, a possibilidade de comunicação com outros aprendizes companheiros de viagem”.

Diante de abertura tão grande, surgem perguntas e a tomada de consciência de que os desafios continuam. Tedesco (2001, p. 70) fala que as tecnologias “nos dão informações e permitem a comunicação, condições necessárias do conhecimento e da comunidade”. Ele alerta, contudo, que “a construção do conhecimento e da comunidade é tarefa das pessoas, não dos aparatos”. A contribuição da tecnologia é permitir que o tempo “que agora é utilizado para transmitir ou comunicar, seja dedicado à construção de conhecimentos e vínculos, sociais e pessoais, mais profundos”.

Savater (2000, p. 152) assevera que a crença apocalíptica de que o computador vai abolir o espírito é tão errônea quanto à “beatitude trivial dos que acreditam que a inteligência desses aparelhos conseguirá dar-lhes a agilidade mental que lhes falta”.

Lévy (1996, p. 119) argumenta que as pessoas são todas inteligentes à sua maneira e que os grupos decepcionam com frequência. Em uma multidão, “as inteligências das pessoas, longe de se adicionar, tendem a se dividir. A burocracia e as formas de organização autoritárias asseguram uma certa coordenação, mas às custas da supressão das iniciativas e do aplainamento das singularidades”. O que permite a valorização das inteligências nos pequenos grupos são as “boas regras de organização e de escuta mútua”. Diante disso, pergunta: queremos uma sociedade inteligente ou uma sociedade inteligentemente conduzida?

É inegável que na exploração de horizontes mais amplos, dependemos da qualidade dos vínculos estabelecidos com os outros, se de hierarquia, de submissão, de obediência à moda, nos perdemos na multidão pouco pensante. Se de escuta, de paciência, de respeito, de resistência, o processo de construção de coletivos inteligentes abre-se para possibilidades ainda não experimentadas.

Para a construção de novos pactos precisamos de paciência para conhecer, para submeter à prova hipóteses, para duvidar das certezas, para ouvir o que os outros estão a dizer, para dar significado às coisas, para jogar com a poética das relações... Esse é o caminho de legitimação da mais humana das vocações: o construir-se por si próprio de cada um.

Vivemos no interior de uma cultura que prima pela preservação de modelos, cultivamos olhares desconfiados ao diferente e ao desviante. Nossa ética é a da normalidade, ou seja, “se todos fazem é legítimo!” Esse senso de orientação sufoca a responsabilidade pessoal, favorecendo relações de dependência.

A existência de culturas de aprendizagem mais autônomas implica o abandono de controle, de orientações determinantes, do governo desde fora... e o desafio de assumir os riscos de inventar-se como aprendiz, responsabilizar-se por uma dieta intelectual. O interessar-se por si mesmo é que vai permitir experimentações, fortalecimento de estilos próprios para conhecer...

Nesse contexto, a Internet poderia ser estimulante para a tomada de consciência de que existem apelos por mudanças no espírito educacional, que são sempre postergados. Não seria este um bom momento para prestarmos mais atenção a teses visionárias?

O CONVIVIO COM A INTERNET NO ENSINO SUPERIOR

Para conhecermos um pouco acerca de como tem sido percebida a presença da Internet no interior de escolas de nível superior, encaminhamos (por e-mail) duas perguntas para responsáveis por laboratórios de informática de cursos universitários. Há necessidade de algum controle sobre as “viagens” que os alunos fazem na Internet? Por que é necessário o controle?

As perguntas foram dirigidas para vinte e três instituições (dos estados do Paraná e de São Paulo), todas elas privadas, sendo quatorze que responderam.

Em relação à primeira pergunta, a resposta foi unânime: todas indicaram a existência de alguma forma de controle. A hipótese de deixar os alunos à vontade foi identificada como descabida.

Por que a necessidade de controle?

As respostas não divergiram, todas apontaram para a mesma direção, limitando a liberdade dos alunos em suas tomadas de decisão. A seguir, apresentamos alguns fragmentos dos comentários feitos pelos professores entrevistados:

“O controle é exercido sob a forma de um monitor presente na sala e bloqueios do sistema gerenciador a certos tipos de sites, principalmente pornográficos e de conteúdos eróticos. Para evitar certos tipos de constrangimentos às outras pessoas que estão na sala, visto que muitos desses sites trazem vírus que se descarregam automaticamente ou através de arquivos para download”.

“Precisa haver controle para oferecer segurança para os pais, pois alunos maiores podem influenciar os pequeninos no incentivo à pesquisa acadêmica, como a procura é muito grande e os horários agendados bem

concorridos, o monitor é instruído a dar preferência a esse tipo de pesquisa, portanto se perceber agitação e brincadeira ele irá se dirigir até o grupo/usuário e tomar as providências que achar necessário”.

“Há uma filtragem para evitar acesso a sites pornográficos. Esse controle existe por questões morais e também para liberar as máquinas para os alunos que precisam delas para trabalhar. Pretendíamos que a internet fosse usada para pesquisas e trabalhos acadêmicos, mas vemos em geral, muitos acessos com sites não relacionados a esses fins. É difícil filtrar”.

“No momento estamos restringindo o acesso a alguns sites por entendermos que estes não estão de acordo com os interesses de nossa instituição. Hoje estamos fazendo o bloqueio a sites com conteúdo pornográfico, rádios e alguns poucos outros.”

“Existe controle de uso de Internet pelos alunos. Há três pontos básicos que nos levaram a exercer esse controle (...) Temos os seguintes cuidados: evitar o acesso indiscriminado a sites de violência e principalmente, pornografia, que julgamos pouco saudável e inadequado para a idade; evitar que o aluno utilize esse Laboratório como LanHouse - descarregam jogos de todo tipo, e passam a tarde toda na Escola, levando a família a crer que estão desenvolvendo pesquisas escolares; levá-los a perceber que a Internet tem coisas boas e ruins, e que ele deve aprender a usá-la como instrumento para a ampliação do seu conhecimento e, também, de lazer saudável; controlar os custos operacionais: atrás de um aluno sozinho no Laboratório há maior índice de serviços de manutenção de máquinas; gastos descontrolados de energia: luz e ar condicionado; roubo de "bolinha" dos mouses; mãos engorduradas ou refrigerantes no teclado, chicletes nas partes deslizantes ... etc”

“Em primeiro lugar, há a necessidade de preservação do nome da instituição. Para isso, o uso da Internet tem que ser dentro das normas obedecidas na sala de aula, sem liberdade excessiva”.

“Quando a pessoa sabe que tem alguém tomando conta, ela cuida melhor do equipamento, aproveita melhor o tempo e não fica fazendo besteiras”.

“Temos um controle rigoroso para evitar, principalmente, problemas legais. Se ficarem à vontade, os alunos podem usar a criatividade para colocarem a instituição e os próprios pais em dificuldades.”

“Como disponibilizamos um endereço eletrônico a todos os nossos alunos, temos um controle de seu uso. Com relação ao acesso à rede mundial - internet, o controle é bloqueado para sites pornográficos e outros que nada tem a ver com o nosso propósito educacional”.

A partir das opiniões dos profissionais consultados, percebemos que o acesso dos alunos à Internet surge, em um primeiro momento, como um problema: como enquadrá-lo aos valores, às práticas e aos controles da instituição. Os esforços são no sentido de domesticar o corpo estranho que chega, transformá-lo em algo que não atente contra as práticas disciplinares e aos anseios dos pais.

O pano de fundo que define as estratégias adota o bom-senso que recomenda não correr riscos, que se traduz no esforço de “esconder o pecado”. Tomam-se cuidados para fazer da Internet algo à imagem dos bens culturais já consagrados no espírito educacional.

As decisões sobre o que pode ser explorado são de responsabilidade dos docentes. Evita-se que os alunos sejam “jogados” em um mundo perigoso, em que seja cobrado deles decisões e escolhas. A eles é oferecido um contexto limpo e, até mesmo, bastante escolarizado.

Refazendo a pergunta que gerou esta nossa incursão: o acesso a recursos computacionais favorece práticas educacionais mais atentas ao exercício de autonomia?

Não! A opção é por apontar os percursos mais adequados aos jovens estudantes, evitando desperdício de tempo com experiências que fujam das recomendações dos professores. Há a explícita opção pela inserção da internet em um clima avesso a rupturas.

Em síntese, os apelos por uma educação que rompa com as práticas sustentadas pelo controle e pela padronização de aprendizagens não encontram clima favorável para sua difusão com a chegada da Internet. Ao invés de um possível recurso para mudanças mais radicais, busca-se inseri-la como algo que venha complementar o que já é feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações que decorrem de uma revolução tecnológica, como a possibilitada pelo computador, são estimulantes para o aprofundamento de reflexões sobre construção de um clima intelectual inquieto e mais arrojado na busca de comportamentos autônomos, em que as pessoas assumam parcelas crescentes da responsabilidade pelo “educar-se”. Isso nos convida a pensar em princípios que fortaleçam a responsabilidade pessoal, em uma espécie de ética voltada para o cultivo de hábitos intelectuais, em que os esforços de aprendizagem conduzam a obrigações interiorizadas, distintas das ditadas pela autoridade do professor ou por outras pressões vindas de fora.

Esse clima de possíveis mudanças, com fortalecimento de culturas de aprendizagem mais auto-dirigidas que a escolar, implicaria o estabelecimento de novos pactos, tanto com parceiros no desafio de conhecer quanto os de natureza mais pessoal, ligados ao projeto de vida de cada pessoa, ao auto-conhecimento e à disciplina intelectual. Teríamos aí um caminho em que as regras ditadas pelo exterior seriam substituídas pelas decisões pessoais, em que tomar decisões acerca da escolha de aprendizagens deixaria de ser algo centralizado nos professores.

Na renovação de compromissos educacionais, os desafios seriam reescritos; autonomia, criatividade e sabedoria para tomar decisões passariam a ser aquisições mais importantes que conhecimentos armazenados. Como o aparato tecnológico é generoso ao liberar-nos de muitos fazeres, encurtar caminhos e armazenar informações a boa nova poderia ser a dedicação de mais tempo para a vivência de desafios que fortalecessem a singularidade dos aprendizes e a construção de interações.

Porém, o que pudemos perceber, neste estudo de pequeno porte, é que os profissionais que são os mediadores na relação alunos/Internet estão empenhados em consolidar um determinado padrão para as “viagens”, normas a serem seguidas. Não se percebem aberturas que coloquem os alunos em situações de tomada de decisões mais delicadas. Em outras palavras, as preocupações educacionais manifestadas por Freire, Papert, Savater, Jacquard, Rogers, May... não estão presentes no momento em que a Internet chega à escola.

Será que não estamos perdendo um excelente pretexto para a renovação de nossas perguntas e de nossas crenças educacionais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. Que pipoquem experimentos. Folha de São Paulo, caderno Sinapse, 29 jul. 03.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JACQUARD, Albert. **Acuso a economia triunfante**. Lisboa: Publicações Europa – América, 1996.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MAY, Rollo. **A coragem de criar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sd.

MAY, Rollo. **O homem à procura de si próprio**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PAPERT, Seymour. **A família em rede**. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

PIAGET, Jean. **Sobre pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

REIMER, Everett. **A escola está morta**. São Paulo: Francisco Alves, 1983.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAVATER, Fernando. **A ética do amor-próprio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 2001.